



## **CORPO E GÊNERO: Categorias de análise para o Serviço Social?**

GASPARIN, Saira Tuany Seither<sup>1</sup>

**RESUMO:** Com o objetivo de apresentar um recorte advindo do trabalho de conclusão de curso em Serviço Social intitulado “De que corpo fala o serviço social? A dimensão do corpo nas produções sobre gênero: categorias de análise”, este ensaio teórico apresenta as reflexões apresentadas na pesquisa citada e como estas possuem elementos que aproximam a profissão e sua produção acadêmica em torno deste debate, ao tratar de relações construídas entre sujeitos numa perspectiva histórica e dialética, onde os fios invisíveis da questão social amarram-se aos processos de opressão de corpos determinados, para além das fronteiras da dimensão econômica, possibilitando uma reflexão dos sentidos e significados do corpo na produção de conhecimento do Serviço Social Brasileiro na área de gênero e/ou relações sociais de sexo.

**PALAVRAS-CHAVE:** corpo; gênero; serviço social.

### **INTRODUÇÃO**

Pensar o corpo como algo que representa, antes de tudo, um campo de possibilidades a serem exercidas em si mesmo, como objeto e alvo, marcado e treinado, até tornar-se, a partir das condições materiais e culturais, um corpo situado em uma estrutura social e atravessado por determinações sócio-históricas é o ponto de partida para nossas reflexões.

Para tanto, proponho neste texto um recorte teórico apresentado na pesquisa de conclusão de curso em Serviço Social intitulada “De que corpo fala o serviço social? A dimensão do corpo nas produções sobre gênero: categorias de análise”, de minha autoria, defendida no ano de 2021 na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, as vistas de pensar conexões com algumas produções do Serviço Social, e problematizar algumas noções consideradas importantes e passíveis de elaboração, sem, é claro, escapar das narrativas de origem tanto da teoria social crítica, como do exercício profissional, mas pensar através deste.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC. [saiseither@gmail.com](mailto:saiseither@gmail.com)

Antes de tudo, vale resaltar que, tratando-se de um estudo que utilizou das categorias gênero e relações sociais de sexo, pensemos que a biologização do social e a socialização do biológico, independente da categoria de análise adotada (gênero ou relações sociais de sexo), resultam de um processo situado e corporificado. As relações sociais de sexo vêm agregar aos estudos sobre a sociedade alicerçados na divisão de classes, abordando sua subjetividade sexuada e conseqüentemente sua organização no mundo do trabalho, enquanto o conceito de gênero vem para questionar o fato de que em nossa sociedade as explicações sobre as diferenças entre homens e mulheres são fortemente qualificadas pelo sexo. Uma é aspecto da outra e ambas as categorias indispensáveis para pensar o objeto deste estudo, que é o corpo.

Para seu desenvolvimento, a pesquisa que trará recorte a este texto teve como delineamento metodológico uma revisão integrativa de estudos científicos e utilizou como universo investigativo a busca em bases de dados das revistas *Katálysis* e *Serviço Social & Sociedade*. Questionando: o que a produção do conhecimento em Serviço Social fala sobre o corpo?, a proposta teórico-metodológica, como apontado, deu destaque às publicações em Serviço Social na área de Gênero e/ou Relações sociais de sexo e as discussões sobre corpo nestas publicações, empregando este último como critério de análise e discussão de dados.

O trabalho partiu suas análises do ano de 2010, marco inicial da incorporação da linguagem de gênero nos documentos que dão materialidade ao Projeto Ético-Político do Serviço Social: O Código de Ética, a Lei que regulamenta a profissão e as Diretrizes Curriculares de 1996, da ABEPSS, com maior número de publicações e interesse acadêmico na área de gênero e relações sociais de sexo, que vieram a respaldar os estudos sobre mulheres e trazer para a discussão o trabalho de intelectuais feministas, e sobretudo, nos possibilitaram maior apreensão das significações do corpo nestas produções, especialmente ao perceber que as relações de poder não estão dissociadas da busca das determinações da dominação/exploração, articulando a categoria gênero com as relações de classe.

Por conta disso, a pesquisa se voltou para uma série de questões estruturais mais amplas que, em interação com os sistemas de significado culturalmente constituídos, desempenham, também, um papel-chave na organização do corpo e na definição de suas possibilidades, baseado num conjunto diversificado de pesquisas que sustentam o argumento de que corpo, gênero, relações sociais de sexo e sexualidade são construídos de forma diferente através das culturas e do tempo, entendendo que um trabalho que descreve o corpo como um produto material e simbólico da cultura e da sociedade propicia uma forma adicional de se reformular futuros estudos.

Sob este contexto, a articulação entre as relações sociais de sexo, classe e raça foi e é indispensável para pensarmos concretamente as opressões e explorações vivenciadas pelas mulheres no sistema capitalista, que se apropria das relações desiguais produzidas pelo

racismo e pelo sexismo, relações estas que também assumem materialidade na constituição e significação de corpos. A categoria gênero, então, foi desenvolvida sob a perspectiva de compreender e responder, dentro de parâmetros científicos, a representação de uma relação (ou de relações sociais de sexo) e como ela opera na realidade e interfere no conjunto das relações sociais, através de um sistema de representações que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social, etc.) a indivíduos na sociedade.

Os critérios para inclusão e exclusão dos artigos selecionados para análise foram: artigos publicados em português e espanhol; artigos que apresentam metodologia condizente ao proposto pelo mesmo; artigos publicados na íntegra que retratassem a temática referente à esta revisão integrativa, ou seja, compreendidos na área de gênero e/ou relações sociais de sexo e; artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados entre os anos 2010 e 2021. A busca resultou em 74 artigos, sendo 50 da Revista *Katálisis* (67,5%) e 24 da Revista *Serviço Social & Sociedade* (32,5%), sendo deste total 85,2% de pesquisas qualitativas e 14,8% de pesquisas quantitativas.

Dispondo deste material, o trabalho se estruturou de forma a apresentar em primeiro lugar as teorias do corpo, as abordagens que pretendem explicar os comportamentos dos sujeitos, as interpretações culturais e sociais da diferença entre os sexos, bem como os valores que marcam a corporeidade. Para além de suas categorias, a proposta foi pensar o corpo conforme suas aparições na teoria social, através de um ponto de partida que ao longo do tempo foi complementado de significações, para então, dispondo de todo o arcabouço teórico selecionado, reunir, avaliar e sintetizar evidências através da técnica de pesquisa utilizada – a revisão integrativa, pois, como bem disse Marx, a realidade é contraditória, e, para apreender tais contradições, buscou-se elaborar um estudo baseado em evidências. Neste sentido, ao final se entende a necessidade de, sintetizado o estudo, propor possibilidades e estratégias diante do que foi apreendido.

Neste ensaio, ao propor um recorte da pesquisa citada, darei foco especial a discussão apresentada em relação aos usos da categoria corpo na produção de conhecimento do Serviço Social nos campos de gênero e/ou relações sociais de sexo, visto que a discussão é ampla demais para ser esgotada, mas fundamental para estudos futuros.

## **DE QUE CORPO FALA O SERVIÇO SOCIAL?**

O estudo pelo qual situo aqui a discussão reuniu no total 74 artigos para análise. Não seria justo com a pesquisa anterior que todo este arcabouço teórico fosse compactado em poucas palavras, no entanto há apontamentos neste recorte que merecem atenção e que já foram desenvolvidos a fundo .

Os estudos selecionados da revista *Katálysis* trouxeram a problemática de gênero no limiar da sociedade capitalista, e estas problemáticas estão diretamente relacionadas ao tempo das mulheres, que é apropriado pelas atividades de cuidado, e ao corpo das mulheres que é subalternizado tanto pelas estruturas de gênero, como pelas relações de classe. É interessante pensarmos também, na lógica capitalista, como esta divisão dos corpos adquire significados dentro de uma estrutura de valores previamente definidos: superiores (produtivo/público) ou inferiores (reprodutivo/privado).

É perceptível que as abordagens, majoritariamente debruçadas no método materialista, distanciam o sujeito da pesquisa, mas enfatizam um corpo coletivo, que é intrínseco do sujeito de classe, mas que não é sujeito direto da ação, é um corpo classe social, e, considerando este corpo coletivo, há de certa forma um desencontro também entre a teoria dos movimentos sociais e os estudos sobre gênero e sobre corpo. Portanto, pode-se dizer que o que o Serviço Social vem produzindo sobre o corpo não dá visibilidade às estratégias de resistência dos sujeitos, da ação política dos sujeitos, que são mediadas pelo corpo.

O objeto de pesquisa, no entanto, não foi o poder, mas corpos que são afetados por ele e os exercícios deste poder que pairam sobre tais e, se toda relação humana é uma relação de poder, a resistência é o poder dos corpos que contra-ataca o poder incorpóreo. A primeira pergunta que surgiu foi: por que, então, não vemos essa resistência nos artigos selecionados? O sujeito da história como classe social existe e resiste – a teoria do poder, a teoria dos movimentos sociais, a teoria do empoderamento, da práxis do movimento – o sujeito é o indivíduo, mas também é o grupo, também é a organização, não somente classe social.

Ainda nos artigos selecionados da Revista *Katálysis*, além do que mencionamos, podemos sim perceber formas de organização, de agência no corpus dos textos, mas que não são aprofundadas no decorrer das análises. No artigo de Luci (2010, tradução nossa), ao discorrer sobre a divisão sexual do trabalho e as carreiras femininas em grandes empresas argentinas, aborda algumas estratégias “como a neutralização do gênero através de invisibilização de aspectos ‘femininos’ que contrastam como ‘masculino’, para a sobrevivência neste ambiente, que também se adapta ao modelo dominante”.

Seguindo na mesma discussão sobre trabalho Lima et al (2010, p. 45) aponta que “as mulheres, quando inseridas em uma análise de classe, lidam de forma diferente com as responsabilidades domésticas socialmente atribuídas. Enquanto as mulheres da classe burguesa ou média transferem estas responsabilidades para outras mulheres”. Já no artigo de Carman (2010, tradução nossa), em uma das poucas pesquisas deste apanhado que vai a campo, ao dar voz aos moradores de uma aldeia, conhecida como Aldeia Gay, em Buenos Aires, aponta como estes “desafiam os mecanismos de dominação reelaborando os

elementos em nome dos quais a violência é exercida sobre eles: o meio ambiente, a classe social e sua condição de homossexual / travesti”.

O autor, em sua pesquisa, percebe que “a questão de classe é deslocada, nos setores populares estudados, quando não é útil como elemento de protesto per se. À circunstância de serem apenas pobres ou vilões, os habitantes da Vila Gay agregam uma mais-valia cultural” (CARMAN, 2010). Aqui podemos supor que, como mencionamos linhas acima, o sujeito de classe reivindica além do ambiente ocupado, sua condição sexual, entendendo que esta identificação é uma forma de resistência a mais sobre a qual seu corpo perpassa, além de coletivamente, individualmente.

Franco (2016, tradução nossa), em um dos poucos artigos que dão centralidade a instrumentalização do corpo masculino, apontam o interesse em dominar este corpo para que seja dócil e administrável, “o corpo masculino é protegido e mantido por meio de programas de saúde ocupacional, para garantir bons níveis de produtividade”, voltando o olhar para o corpo máquina, que abordamos acima, e para as estratégias de funcionamento dos mecanismos que prezam a posição tradicional entre homens e mulheres de acordo com o gênero, que podem ser subdivididos em dois grupos: aquelas voltadas à manutenção do corpo e aquelas relacionadas às restrições à sexualidade e à reprodução.

Foi o que disse Olaya quando apontou que “o reconhecimento das discriminações, formas de opressão, exclusão e suas manifestações no corpo das mulheres levaram a importantes definições para as mulheres, a sociedade e os Estados” (OLAYA, 2010, tradução nossa), que também dizem respeito ao corpo dos homens. Aqui, podemos fazer uma mediação com o que abordamos em relação a apropriação do corpo das mulheres como forma de compreender as relações de gênero e desigualdade, Krmpotic (2010) destaca que “a função de cuidar - no ambiente microssocial da família e do lar - é um prisma ótimo para visualizar essa relação”.

A violência, assim, acaba sendo a forma mais notória de se fazer ver a desigualdade e supomos ser daí que o “corpo vítima” emerge como a forma de se fazer entender esta questão, que é real no cotidiano, invisibilizando ou até mesmo descartando totalmente as possibilidades de criar mecanismos que possam alterar este cenário.

Outra abordagem que chamou atenção está no artigo de Ericson (2020), onde o autor expõe o desalento, “trata-se de um corpo sempre-já-gendrado, que se põe como força de trabalho disponível para a exploração no mercado de trabalho, mas que é insistentemente recusado, um corpo momentaneamente desnecessário para o capital”, cujo rosto deste desalento, segundo o autor, é o das mulheres, dos negros, das pessoas com baixa escolaridade, dos nordestinos, etc, mas que é um corpo “que resiste, mesmo ao desistir, quando em última instância o que está em questão é a sua própria sobrevivência” (ERICSON, 2020).

Já na Revista Serviço Social & Sociedade, que representou 24 dos 74 artigos selecionados, nos deparamos com 100% de estudos que se utilizam do materialismo-histórico dialético em sua abordagem metodológica, o que nos faz refletir acerca da importância da teoria marxista para o debate em torno das relações de gênero, que numa perspectiva crítica, intenta, nesta discussão, para a centralidade do corpo da mulher na sociedade. A classe é, pois, quem determina como as mais variadas expressões de opressões irão ser vivenciadas pelos corpos e é no debate acerca do trabalho doméstico e do cuidado que se assumem os diferentes contornos das discussões de gênero e relações sociais de sexo.

Neste sentido, o papel das mulheres como “reprodutoras” biológicas revela sua subordinação na família nuclear e na sociedade. Marx e Engels localizaram na família a raiz da opressão às mulheres, já que, em sociedades capitalistas mulheres de posses e propriedades reproduziam herdeiros, enquanto mulheres de famílias operárias reproduziam força de trabalho para o capital. Portanto, a pré-condição à libertação exige o reconhecimento (e o fim) do trabalho não remunerado exercido na família, o que por sua vez demanda um processo de revolução social e uma batalha de classes decisiva.

Nesta perspectiva, a inclusão das mulheres nos meios operários foi historicamente e significativamente combatido, recorrendo-se muitas vezes a estudos científicos para justificar a inferioridade biológica e anatômica destes corpos e sua consequente incapacidade de atuar como sujeitos históricos, alegando que estas desviariam de sua natureza e de seu papel verdadeiro de “mães”. Neste sentido, no texto Azeredo (2010) a autora aponta que

[...] tais fronteiras reforçam a distância entre a vida pública e a privada e alimentam eixos que constroem a desigualdade no cotidiano das mulheres pobres pela falta de autonomia do corpo e da sexualidade e que também acabam por desaguar na falta de autonomia pessoal e econômica. Um dos marcadores mais importantes da identidade feminina é, sem dúvida, a maternidade. A condição de mulher, sempre associada ao papel de mãe, cuja responsabilidade no cuidado com os filhos parece uma imposição da ordem da natureza, limita as oportunidades de construção de outros marcadores identitários necessários à ordem civilizatória.

Assim, quando Azeredo se pergunta em que medida a desigualdade de gênero pode incidir sobre a condição de pobreza e as formas de proteção das famílias, vai diretamente de encontro ao que Carlotto e Gomes abordam em seu artigo, ao reconhecer que o trabalho de homens e mulheres se configuram numa estrutura de divisão sexual, e portanto experienciam este de formas diferentes, pois tais clivagens de gênero se expressam não só no mercado de trabalho, “mas também no desenho das políticas públicas, que de alguma forma recriam as fronteiras que separam homens e mulheres e invisibilizam estas últimas” (CARLOTTO; GOMES, 2011).

É nesta linha, também, que Cisne vai analisar a relação entre feminismo e marxismo para o entendimento crítico e o enfrentamento das desigualdades sociais determinadas pela

imbricação das relações sociais de sexo, “raça” e classe. A autora insiste que para compreender esta sociedade precisamos “compreender que as classes sociais não são meras abstrações, mas sim relações sociais que envolvem antagonismos inscritos em uma materialidade de corpos reais, que possuem sexo/sexualidade, raça/etnia” (CISNE, 2018). Ou seja, é necessário entender as particularidades da classe para compreendê-la em sua totalidade, apontando diretamente para um projeto coletivo classista e emancipatório.

Assim, fica evidente que a força de trabalho que se vende é indissociável do corpo que a porta, bem como a existência de um sistema patriarcal, inscrito no sistema capitalista, que domina os corpos e sexualidades das mulheres, também abordado por Alves em outro artigo utilizado para análise, onde a autora agrega a esta afirmação a abordagem das feministas negras que apontam que “à pureza sexual imposta à mulher branca contrapõe-se a hipersexualização dos corpos das mulheres negras. À maternidade vigiada das mulheres brancas contrapõe-se a negação da maternidade das mulheres negras” (ALVES, 2018). Desta forma, “o corpo marcado por gênero, sexualidade e raça aparece como um distintivo fundamental para a constituição das situações de opressão” (ALVES, 2018).

Nos faz interessante analisar, neste sentido, numa breve tentativa de um apanhado histórico, entender como a história das mulheres se entrecruza com a história do desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser compreendido se ultrapassarmos os terrenos clássicos da luta de classes e focarmos nas novas transformações da vida social e das relações de gênero. Não será possível fazê-lo em poucas páginas, mas nesta linha é interessante que pensemos que a acumulação primitiva, segundo Federici (2017), se mostrou também como “uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe”, concebendo vias férteis para a criação, pelo capitalismo, de formas de escravidão mais brutais na medida que o corpo do proletariado passou por profundas divisões, a ponto de servir como intensificador e ao mesmo tempo ocultador da exploração.

Assim, segundo Marx (2011), “o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés”. É neste contexto histórico de privatização da terra e a mercantilização das relações sociais, na transição do feudalismo para o capitalismo, que devemos situar a história das mulheres e da reprodução, onde “a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis” (FEDERICI, 2017), mistificadas como “vocação natural”. Federici (2017) também aponta, na contramão do que afirmou Foucault, que “foi a crise populacional dos séculos XVI e XVII que transformou a reprodução e o crescimento populacional em assuntos de Estado” e não a fome na Europa, sendo o embrião de uma política reprodutiva capitalista.

Desta forma, toda intervenção do Estado na supervisão da sexualidade, da procriação e da vida familiar para a acumulação de capital, através de métodos contraceptivos que exerciam um controle indiscutível sobre o parto, se transformaram em território político controlado pelos homens e pelo Estado, onde “a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista” (FEDERICI, 2017). É se utilizando desta análise que Federici aponta para o aspecto da acumulação primitiva estar ausente na análise de Marx, limitando a esta à “[...] exceção de seus comentários no Manifesto comunista acerca do uso das mulheres na família burguesa, como produtoras de herdeiros que garantiam a transmissão da propriedade familiar” (FEDERICI, 2017).

Ainda segundo a autora,

[...] essa dinâmica, que Marx define como a “lei de população típica do modo de produção capitalista” (O capital, t. i, p. 689 e segs.), só poderia ser imposta se a procriação fosse um processo puramente biológico ou uma atividade que respondesse automaticamente à mudança econômica, e se o capital e o Estado não precisassem se preocupar com que as “mulheres entrassem em greve contra a produção de crianças”. De fato, este era o pressuposto de Marx. Ele reconheceu que o desenvolvimento capitalista foi acompanhado por um crescimento na população, cujas causas discutiu ocasionalmente. No entanto, como Adam Smith, ele viu esse aumento como um “efeito natural” do desenvolvimento econômico. No tomo i de O capital, contrastou reiteradamente a determinação de um “excedente de população” com o “crescimento natural” da população. Por que a procriação deveria ser um “fato da natureza” e não uma atividade historicamente determinada, carregada de interesses e relações de poder diversas? — eis uma pergunta que Marx não formulou. (FEDERICI, 2017).

É neste sentido que a discussão da procriação foi enfatizada na pesquisa, principalmente no que se refere aos estudos apontados na Revista Serviço Social & Sociedade, tanto em relação aos seus efeitos sobre as mulheres quanto em relação as consequências desta na organização capitalista. Assim, “quando se consideram esses fenômenos da perspectiva privilegiada do presente, depois de quatro séculos de disciplinamento capitalista das mulheres, as respostas parecem se impor por si mesmas (FEDERICI, 2017). Embora houvesse um trabalho assalariado doméstico e sexual, ainda estudados hoje frequentemente isolados um do outro, encontrei, analisando os artigos selecionados, numa melhor posição para visualizar que esta discriminação da mão de obra e do corpo das mulheres foi e ainda é diretamente relacionada à sua função de trabalhadora do lar não assalariada.

Portanto, ao negar às mulheres o controle sobre seus corpos, impondo uma nova divisão sexual do trabalho “que diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar, como também suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora” (FEDERICI, 2017), se escancara o disciplinamento do corpo apontado por Foucault, que nada mais foi (e é) que uma forma de transformar as potencialidades dos indivíduos em força de trabalho, mediado pela Igreja e



pelo Estado, estabelecendo uma batalha da burguesia contra o corpo, na tentativa de formar e reformar o indivíduo.

A alienação do corpo para Marx, neste mesmo sentido, é o que vai distinguir as relações entre capitalista e trabalhador. Federici (2017) também faz este paralelo quando aponta que “[...] ao transformar o trabalho em uma mercadoria, o capitalismo faz com que os trabalhadores subordinem sua atividade a uma ordem externa, sobre a qual não têm controle e com a qual não podem se identificar”, o que Marx (2010) reitera ao dizer que o trabalhador, nesta dinâmica, “[...] só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa”.

Numa análise conjunta do corpus selecionado, foi possível perceber que maioria dos artigos também apresentam uma abordagem voltada para as relações coletivas de exploração, que se processam através de uma estrutura capitalista-patriarcal. A perspectiva gênero/relações sociais de sexo atribui centralidade a figura do sujeito “mulher vítima” da exploração do patriarcado capitalista, havendo pouca visibilidade às ações de resistência e ativismo coletivo por parte desses sujeitos (ou corpos), havendo mais ênfase no assujeitamento dos corpos femininos do que a agência produzida por elas. Os sujeitos da maioria dos estudos são as mulheres, elas também são a maioria entre as autorias – 83,7%, das quais 71,6% possuem formação em Serviço Social.

Uma primeira hipótese a ser considerada quanto a esta abordagem, que dá centralidade às expressões da exploração de classe, gênero, sexo e corpo, diz respeito a perspectiva teórica predominante nos artigos: o materialismo histórico-dialético. Segundo a compreensão do materialismo histórico-dialético manifesta no material, o processo de libertação e emancipação humana se daria pelo fim do trabalho alienado/explorado, característico da sociabilidade capitalista, através de processos societários que trariam novas condições de emancipação da classe e, conseqüentemente, dos corpos assujeitados.

Dessa forma, a emancipação do corpo seria uma implicação da emancipação humana, frente à sociabilidade opressora/alienante, como se as classes sociais, os agentes da história segundo o marxismo, fossem formadas por um corpo genérico, monoliticamente beneficiável pelos processos revolucionários e como se essas classes também não produzissem internamente hierarquias baseadas nos significados sociais dos corpos.

Ao falar sobre um corpo vítima, ou seja, aquele cujas particularidades ressoam nas discussões de gênero, do qual as pesquisas levantadas majoritariamente abordam, tão logo sabemos que se trata de um corpo compreendido social e culturalmente como feminino, levando ao questionamento: onde está o corpo do homem? Se este não é, nos estudos de gênero, um corpo vítima, mas ainda um corpo, que tipo de corpo é reservado a este sujeito no corpus do estudo? Bem, dos estudos selecionados, nenhum trouxe a centralidade do

corpo socialmente reconhecido como masculino para a discussão e, quando se diz centralidade, esta diz respeito à sua atuação fora do campo opressor que lhe é conferido, mas no sentido de também ser um corpo agente. Este paralelo é interessante pois nos possibilita pensar como o sistema capitalista tem em um de seus pilares a cisão entre trabalho produtivo e reprodutivo.

Concordando com Marx, no capitalismo o corpo do homem é, de fato, o reflexo da constituição do corpo proletário, máquina, ou seja, um corpo que é condição da existência (e o limite) da força de trabalho. É preciso que o corpo viva para que a força de trabalho também viva e, se à mulher incumbe-se o cuidado, aqui ela assume esta função, que seria do próprio Estado. Com o capitalismo este corpo deixou de ser reservatório de poderes mágicos, como era visto na Idade Média e foi substituído por um corpo mecânico, que viria a ser moldado de comportamento social pelo Estado, eliminando qualquer crença filosófica sobre sua gênese.

A apropriação do corpo dos homens e das mulheres se dá, em suas particularidades, em prol deste sistema capitalista, sobretudo quando das mulheres utiliza para tal suas características biológicas: a fertilidade, a maternidade, o sexo... tudo começa com o corpo e sua função reprodutiva, que, dentro da divisão sexual do trabalho, recebe um status secundário, já que não é trabalho, pois não gera valor, mas gera corpos que virão a ser inseridos nesta mesma lógica. Se a primeira máquina desenvolvida pelo capitalismo foi o corpo humano e não a máquina a vapor, nem tampouco o relógio, pensemos que, se é deste corpo que fala o Serviço Social, deve haver possibilidades de ressignificá-lo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Temos, a partir de então, um esboço do corpo que fala o Serviço Social, aquele cujo “ato sexual era o investimento de capital, e o filho, a mais-valia acumulada”<sup>2</sup>. Desta forma, as análises de Federici, Cisne entre outros, resgatando algumas contribuições teóricas de Marx, bem como outros tantos autores utilizados para a análise, apresentam reflexões que apontam para além das perspectivas que se circunscrevem a pensar, sobretudo, o público e o particular. Estabelecendo relações com a totalidade, estas abordagens mostram a existência de uma articulação entre várias instâncias. Assim, o conjunto de atividades que envolvem o corpo não são independentes do ambiente tecnológico, econômico, político e social em que se encontram.

## **REFERÊNCIAS**

---

<sup>2</sup> Barbara Omolade, *heart of darkness*, 1983.

ALVES, Andrea Moraes. Pensar o gênero: diálogos com o serviço social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 132, p. 268-286, ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n132/0101-6628-sssoc-132-0268.pdf>

AZEREDO, Verônica Gonçalves. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 103, p. 576-590, jul. 2010. Anual. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n103/a09n103.pdf>

CARLOTO, Cássia Maria; GOMES, Anne Grace. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 105, p. 131-145, jan. 2011. Anual. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n105/08.pdf>

CARMAN, María. ¿La clase social entre paréntesis?: el caso de la aldea gay en Buenos Aires. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 49-58, jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802010000100006/12729>

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n132/0101-6628-sssoc-132-0211.pdf>

ERICSON, Sóstenes. “Desalentadas”: subjetivação em dizeres sobre as mulheres que desistiram de procurar trabalho. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 707-719, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p707/44343>

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017. 464 p. Tradução: Coletivo Sycorax.

FRANCO, Nora Eugenia Muñoz. Cuidado de sí masculino o instrumentalización de los varones adultos jóvenes. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 13-21, jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/42358/31957>

KRMPOTIC, Claudia Sandra; IESO, Lia Carla de. Los cuidados familiares: aspectos de la reproducción social a la luz de la desigualdad de género. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 95-101, jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802010000100011/12738>

LIMA, Rita de Lourdes de; SILVA, Franciclécia de Sousa Barreto; SILVA, Amanda Kelly Beloda; MEDEIROS, Milena Gomes de. Trabalho doméstico e desproteção previdenciária no Brasil: questões em análise. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 40-48, jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802010000100005/12728>

LUCI, Florencia. La división sexual del trabajo de mando: carreras femeninas en las grandes firmas argentinas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 29-39, jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802010000100004/12727>

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. 1 v. Tradução: Rubens Enderle.

OLAYA, Eucaris. La promesa de igualdad, en la democracia, sigue siendo un debate para las mujeres. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 59-65, jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802010000100007/12730>